



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CIDASC 2019

Aprovação

Conselho de Administração: 15/07/2019

Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis - SC
CEP 88034-001 - Fone: (48) 3665-7000 - FAX: (48) 3665-7091
CNPJ nº 83.807.586/0001-28 - Inscrição Estadual nº 250.709.694
www.cidasc.sc.gov.br - E-mail: presi@cidasc.sc.gov.br





1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Carta Anual de Governança Corporativa é instrumento emitido anualmente e subscrita pelo Conselho de Administração da Cidasc, com o fim específico de divulgação atualizada das atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco dos dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da CIDASC, conforme definido na Lei nº 13.303/2016.

Conforme define o Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, a Carta Anual de Governança Corporativa deverá ter sua publicação na internet de forma permanente.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

O atendimento à população é realizado de forma descentralizada através de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central em Florianópolis, Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, 19 Departamentos Regionais, 63 Postos de Fiscalização de Trânsito, 2 Laboratórios em todo o Estado de Santa Catarina.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atribuições da Cidasc, definidas pela Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007 e alteradas pela LC nº 534/11, em resumo, são prestações de serviço, relacionadas a:

- a) Executar os serviços de defesa sanitária animal;
- b) Executar os serviços de defesa sanitária vegetal;
- c) Assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual – SIE
- d) Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal;
- e) Promover e executar os serviços de classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- f) Prestar serviços laboratoriais em apoio à fiscalização da produção agropecuária;
- g) Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

Em decorrência dessas atribuições, as receitas previstas para o exercício de 2019 estão abaixo elencadas:

Natureza da Receita	Valores previstos (LOA 2019)	Fonte
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	R\$ 1.375.010,00	219
Outras Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	R\$ 43.667,00	260
Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc.	R\$ 6.674,00	280
Remuneração de Outros Depósitos Rec. Vinc.	R\$ 111.486,00	285
Serviços de Armazenagem	R\$ 47.208.126,00	240
Indenizações por Danos ao Patrimônio Público - Poderes e Adm. Indireta	R\$ 32.963,00	269



Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	R\$	857.422,00	219
Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal	R\$	88.874,00	240
Serviços de Fiscalização de Insumos, Sementes e Agrotóxicos	R\$	10.070,00	240
Defesa Sanitária Vegetal	R\$	2.717.131,00	240
Defesa Sanitária Animal	R\$	13.420,00	240
Multas por Auto de Infração	R\$	502.175,00	269
Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores	R\$	134.813,00	240
Outras Indenizações - Poderes e Adm. Indireta	R\$	1.278,00	269
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	R\$	121.550,00	298
Multas e Juros da Dívida Ativa de Outras Receitas - Poderes e Adm. Indireta	R\$	32.298,00	269
Alienação de Bens Imóveis	R\$	824.645,00	298
TOTAL	R\$	54.081.502,00	

3. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Os controles internos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC - CIDASC estão caracterizados pelos seus sistemas internos informatizados e emitidos através de relatórios, bem como demais controles manuais padrão, que são utilizados por todo corpo funcional da empresa.

Sua estrutura está consolidada através de mecanismo informatizado, os quais são alimentados de forma contínua pelos diversos departamentos e unidades, de forma a constituir relatórios para verificação e consultas necessários, bem como para correções necessárias.

Referidos controles internos são definidos pela empresa como controles técnicos, administrativos e financeiros.

Controles Técnicos: são todos os sistemas e ações voltadas às atividades fins da Empresa, utilizados pelos Departamentos Técnicos para mensurar os trabalhos e consolidação das metas previstas em seus planos de trabalho pré-estabelecidos.

Controles Administrativos: caracterizado pelos sistemas implementados pela Empresa para controles dos seus processos administrativos, inclui assim dentre eles, veículos, gestão de pessoas, folha de pagamento, avaliações pessoais, patrimônios e contratos com fornecedores e terceiros.

Controles Financeiros: constituído de sistemas informatizado de controle adotado no Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeiro, incluindo os sistemas de contas a receber, contar a pagar, fluxo de caixa e contabilidade, tanto comercial como pública.

Seu Gerenciamento de Risco caracteriza-se pela ação conjunta de todos os colaboradores da empresa, em todos os seus níveis, de forma contínua e cumulativa, seja nas atividades meio como nas atividades fins, identificando eventos em potencial e na sua administração de acordo com a necessidade.



Através de sua Auditoria Interna, prevista no seu Estatuto Social, Regimento Interno e assim conforme o Manual de Auditoria, esta possui as atribuições legais e normativas, realizando auditagens junto aos diversos departamentos e segmentos da empresa para verificação das ocorrências e recomendações necessárias para correções de seus controles internos e inconformidades necessárias. Seus Trabalhos são previamente planejados através de PAAI. (Plano Anual de Auditoria Interna) e aprovado pela Presidência da Empresa.

4. FATORES DE RISCO

No tocante a fatores de risco relacionados ao negócio da empresa, estes são elencados na análise ambiental, podendo-se citar:

- a) Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária;
- b) Constante ameaça de entrada de animais infectados com doenças e vegetais com pragas;
- c) A falta de compreensão dos produtores rurais frente à atuação de fiscalização da Cidasc;
- d) Risco de alteração de status sanitário por determinação dos organismos internacionais por entender que não há estrutura adequada de controle pela Cidasc;
- e) Número de profissionais insuficiente para atender à demanda dos serviços;
- f) Falta de segurança nos postos de fiscalização (barreiras) devido a estarem localizados em regiões ermas;
- g) Alto índice de passivo trabalhista;
- h) Necessidade de regularização documental e altos investimentos no Terminal Graneleiro;
- i) Dependência econômica do tesouro e da arrecadação incerta do Terminal Graneleiro.

5. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Com relação ao atingimento das metas empresariais constantes no Plano de Negócios da Cidasc, no ano de 2018, tem-se os seguintes dados:

440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	Meta Física 2018			Meta Financeira 2018		
	Objeto de Execução / Produto e Unidade de Medida / Período Início	Previsto (no ano)	Realizado (até nov)	%	Previsto (no ano)	Realizado (até nov)
Movimentação de graneis no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul (Granel movimentado_tonelada mil)	5.000	5.714	114,3	18.941.581	15.369.161	81,14
Substituição das placas na casa de Santa Catarina na Expointer (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	17.895	17.895	100,0
Aquisição de 15 kits de ELISA para Cidasc (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	80.706	80.706	100,0
Apoio à Cidasc para aquisição de material educativo para o Projeto Sanitarista Junior (Projeto apoiado_unidade)	1	0	0,0	40.000	0	0,0
Manutenção telhado Depto Regional Criciúma (unidade gestora mantida)	1	1	100,0	25.000	24.930	99,8
Cursos e treinamentos do corpo técnico e administrativo da CIDASC (Servidor capacitado_unidade)	50	23	46,0	100.000	16.635	16,6



Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica (Estabelecimento inspecionado_unidade)	2.030	2.256	111,1	2.630.000	220.682	8,4
Análises de amostras laboratoriais (Amostra analisada_unidade)	15.250	2.489	16,3	700.000	6.697	10,8
Fiscalização do comércio de agrotóxicos, sementes e mudas (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade)	2.000	2.257	112,9	500.000	897	0,18
Classificação de produtos de origem vegetal (Produto agrícola classificado_tonelada)	750.000	855.918	114,1	830.000	141.845	17,1
Fiscalização de propriedades rurais (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade)	14.000	13.123	93,7	9.448.927	3.113.214	32,9
Fiscalização de unidades de produção, consolidação, comércio e barreiras (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade)	1.750	1.521	86,9	2.195.427	629.174	28,7
Total Geral	790.084	883.304	111,8	35.509.536	19.621.836	55,3

6. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cidasc possui em sua estrutura os seguintes órgãos e práticas de governança corporativa descritas no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (5ª ed, 2015):

- ESTATUTO SOCIAL em que consta regras de funcionamento da assembleia, forma de convocação, número de conselheiros e diretores, mandato, eventual renovação e desligamento, qualificação técnica mínima exigida, avaliação de desempenho, adoção de regimento interno, adoção de código de conduta, regras de funcionamento do conselho fiscal;
- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO com número ímpar de membros e mandato de 2 anos, periodicidade mínima das reuniões prevista em Estatuto Social, elege e destitui diretores, fiscaliza gestão dos diretores, monitora os negócios da empresa, contrata ou destitui auditores independentes, seus membros têm sua remuneração divulgada individualmente no Relatório de Gestão anual da empresa;
- CONSELHO FISCAL;
- AUDITORIA INDEPENDENTE;
- AUDITORIA INTERNA;
- COMITÊ DE CONDUTA, o que denominamos Comitê de Ética mantendo atualizado o Código de Conduta e Integridade.

7. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração da Diretoria e dos Conselheiros de administração são estipulados e tabelados pelo Governo do Estado, portanto, não seguem critérios desenvolvidos pela empresa. O normativo que regulamenta a remuneração da Diretoria Executiva, Resolução CPF nº22 de 2017, prevê que o valor da remuneração destes é fixado pelo Conselho de Política Financeira (CPF).

A remuneração paga aos administradores, nos três últimos exercícios, está representada nas tabelas a seguir:



R\$				Exercício:	2018
Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Diretoria:	610.682,79	-	-	-	610.682,79
Presidente (jan-abr)	37.925,01	-	-	-	-
Presidente (abr-dez)	105.018,33				
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (jan-abr)	45.894,93	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (abr-dez)	79.777,63				
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	170.053,55	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jan-abr)	33.483,34	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jun-dez)	20.930,00	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional (jan)	1.960,00	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional (jan-dez)	115.640,00				
Conselho Fiscal:	18.620,00	-	-	-	18.620,00
Conselheiro (a)	4.200,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	6.440,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.100,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.940,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.940,00				
Total	629.302,79				629.302,79

R\$				Exercício:	2017
Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Diretoria:	693.075	-	-	-	693.075
Presidente	144.300	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	146.717	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	154.555	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jan)	16.223	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (fev-dez)	113.680	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional	117.600	-	-	-	-
Conselho Fiscal:	18.200	-	-	-	18.200
Conselheiro (a)	4.900	-	-	-	-
Conselheiro (a)	7.000	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.800	-	-	-	-
Conselheiro (a)	3.500	-	-	-	-



R\$				Exercício:	2017
Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Total	711.275				711.275

R\$				Exercício:	2016
Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Diretoria:	799.234	-	-	-	799.234
Presidente	144.300	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo	127.400	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária (abr-dez)	85.873	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária (jan-abr)	55.103	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jan-jun)	49.327	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jun-dez)	86.527	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional	127.400	-	-	-	-
Diretor de Planejamento (cargo extinto em 2016)	123.304	-	-	-	-
Conselho Fiscal:	25.200	-	-	-	25.200
Conselheiro (a)	8.400	-	-	-	-
Conselheiro (a)	8.400	-	-	-	-
Conselheiro (a)	8.400	-	-	-	-
Total	824.434				824.434

NOTAS: (A) Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

(B) Bônus: Benefícios de qualquer natureza definidos em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

(C) Participação no Lucro: Eventuais valores de participação nos lucros fixados em decorrência de previsão estatutária, destinado aos administradores, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art 152 e no 190 da Lei 6.404/1976."Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. § 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor. § 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202."

(D) Outros: Demais pagamentos destinados a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, não enquadrados nos itens anteriores.

(E) Despesa líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis - SC
CEP 88034-001 - Fone: (48) 3665-7000 - FAX: (48) 3665-7091
CNPJ nº 83.807.586/0001-28 - Inscrição Estadual nº 250.709.694
www.cidasc.sc.gov.br - E-mail: presi@cidasc.sc.gov.br

